

## MARX E SPINOZA: UM DIÁLOGO (IM) POSSÍVEL?<sup>1</sup> (PARTE II)

## MARX AND SPINOZA: A (IM) POSSIBLE DIALOGUE?

Enoque Feitosa<sup>2</sup>

Recebido em: 05/2021  
Aprovado em: 10/2021

**Resumo:** O presente ensaio, valendo-se da ontologia spinozana (expressa quer na sua ‘Ética’ (2011, 2007, 1996)<sup>3</sup>, bem como em outras obras, a exemplo do ‘Tratado teológico-político’ (2004, 1991,

---

<sup>1</sup> O presente artigo, de caráter ensaístico, agora publicado em sua segunda parte, dividido que foi a pedido dos editores, é a parte final de uma pesquisa que começou há alguns anos e como desejo de ir mais fundo na reflexão sobre duas provocações: **uma**, entender as bases filosóficas da afirmação spinozana pelo qual ‘toda determinação é negação’ (incorretamente atribuída a Hegel) e, **dois**, pelo interesse que me despertou a pesquisa da colega que comigo coordena o núcleo de pesquisa ‘Marxismo, realismo e direito’, professora Lorena Freitas, sobre ideologia e os ‘*ídola da tribo*’ de Bacon. Esses dois interesses nos levaram a uma participação na ‘Jornada Bacon’, em 2007, promovida pelo ‘Grupo de Estudos Spinozanos da USP’ e, alguns anos depois, a ela realizar um ‘Seminário docente sobre Lógica’, no âmbito de nosso Núcleo de Pesquisa, em 2015. Em outubro de 2018, a pesquisa foi retomada. Mas seu avanço e conclusão não seriam possíveis sem a concessão de uma licença-capacitação no início deste ano de 2019, pelo meu Departamento, na UFPB (pelo que agradeço a todos). Registro também o generoso apoio de nosso Núcleo de pesquisa na UFPB, sobre ‘marxismo, realismo e direito’, que do ano passado para cá me deu suporte para dar um fecho a todo levantamento feito nos anos anteriores. Os agradecimentos pessoais vão, primeiramente, para a colega que comigo coordena o Núcleo, professora Lorena Freitas, que leu o texto inicial e fez sugestões magistrais. Aos colegas pesquisadores Roberto Freire, que trouxe todos os livros que precisei e sempre solicitados de última hora, quando de uma viagem de pesquisa dele ao exterior. Lucas Moscoso e João Arthur do Vale, jovens e promissores pesquisadores deram suporte bibliográfico as - absolutamente todas - minhas demandas mais difíceis por fontes bibliográficas. Érico Andrade, Chefe do Depto. De Filosofia e professor do PPGFILO-UFPE, que me convidou para cumprir a licença na UFPE, Everaldo Gaspar, Coordenador do PPGD-UFPE, que também me honrou com convite para ministrar disciplina no programa de direito daquela IES. A professora Doutora Raquel Falcão com as sugestões rousseauianas sobre o problema da igualdade formal entre os materialmente desiguais. E, por fim, todos os membros do grupo de pesquisa que, na apresentação que fiz no início desse ano contribuíram nos debates com magníficas sugestões.

<sup>2</sup> Professor Associado na UFPB, Brasil, lecionando nos doutorados em direito e em filosofia. Professor Convidado do programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Nacional Eduardo Mondlane (Moçambique). É um dos coordenadores do núcleo de pesquisa sobre marxismo, realismo, teoria e filosofia do direito.

<sup>3</sup> Todas, doravante citadas por “E” (*Ethica ordine geometrico demonstrata*), seguido do número da parte da obra em arábico e, logo após, em letra minúscula: “p” (para proposição); “d” para demonstração (quando vier depois de um número de proposição); “a” (para axioma); “ap” (para apêndice); “c” (para corolário); “ex” (para explicação), “d” (para definição, quando não vier depois de um número de proposição), “da” (para definição dos afetos, no final de E3), “po” (para postulado); “pr” (para prefácio) e “s” para escólio.

2014)<sup>4</sup>, no ‘Tratado Político’ (2009, 1997)<sup>5</sup> e nas suas ‘Epístolas’ (2008)<sup>6</sup>, para mencionar as relevantes aos fins aqui propostos), tem como **objeto** refletir acerca da leitura e apropriação (não-sistemáticas) que Marx fez de Spinoza, indagando, enquanto **problema** de pesquisa se, tendo sido Spinoza duplamente perseguido – pelo rabinato que o excomunga e pelo calvinismo que ocupa o Estado holandês, pondo fim a um período iluminista de tolerância ao pensamento – com qual desses Spinoza Marx se identificava: com o judeu excomungado ou com o filósofo político tentando sobreviver a um Estado não-esclarecido? Trata-se, noutros termos, de pensar se o recurso a Spinoza era tão somente um modo de Marx, através da leitura do TTP, de algumas das cartas trocadas com seus pares<sup>7</sup>, bem como com as categorias da sua ‘Ética’, refletir sobre a miséria política e social da realidade em que se vivia. Nossa **hipótese** inclina-se pelo reconhecimento da relevância dessa última questão, que é reformulação de uma única e mesma indagação, posta de diversas formas. O fato é que Spinoza é recorrente quer em Marx, quer em seu parceiro de diálogo e formulação permanente, Engels. Assim e por isso, a presente investigação reflete como questão de fundo, o que, por um lado, a filosofia de Spinoza teve a dizer aos fundadores desse campo de pensamento e, por outro lado, em contrafação, o que a tradição fundada pelos dois parceiros intelectuais absorveu das reflexões postas pelo polidor de lentes. Trata-se quanto ao **método**, como se deflui do exposto, de uma pesquisa puramente bibliográfica.

**Palavras-chave:** Marx e Spinoza. A ontologia espinozana. Ética, moral e política. A tensão descrição-prescrição.

**Abstract:** This essay, using the Spinozan ontology (expressed in its 'Ethics', as well as in other works, such as the 'Theological-political Treaty', 'Political Treaty' and in its 'Epistles' to mention those relevant to the purposes proposed here, aims to reflect on the – non-systematic - reading and appropriation that Marx made of Spinoza, asking, as a **research problem** whether, having Spinoza been doubly persecuted - for the rabbinate and Calvinism that occupies the Dutch State, ending an Enlightenment period of tolerance of thought - with which of these Spinoza Marx identified himself: with the excommunicated Jew or with the political philosopher trying to survive an unenlightened state? In other terms, it is a question of thinking if the use of Spinoza was only a way of Marx, through the reading of the 'Theological-political Treaty', of some of the letters exchanged with his peers, as well as with the categories of his 'Ethics', to reflect on the political and social misery of the reality in which they lived. Our **hypothesis** leans on the recognition of the relevance of this last question, which is the reformulation of a single and the same question, posed in different ways. The fact is that Spinoza is recurrent both in Marx and in his partner of dialogue and permanent formulation, Engels. Thus and for this reason, the present investigation **reflects as a fundamental question** what, on the one hand, the Spinozana philosophy had to say to the founders of this field of thought and, on the other hand, in counterfeiting, what the tradition founded by the two partners intellectuals absorbed from the reflections put on by the lens polisher. The **method**, as defined above, a purely bibliographic research.

**Keywords:** Marx and Spinoza. Spinozan ontology. Ethics, morals and politics. The description-prescription tension.

Gosto de ver-te, grave e solitário,  
Sob o fumo de esqualida candeia,  
Nas mãos a ferramenta de operário,  
E na cabeça a coruscante idéia.

E enquanto o pensamento delinea  
Uma filosofia, o pão diário  
A tua mão a labutar granjeia  
E achas na independência o teu salário.

<sup>4</sup> Doravante TTP (*Tractatus theologico-politicus*), como abreviado comumente. As citações indicarão capítulo da obra e número do parágrafo no qual se localiza o argumento.

<sup>5</sup> Doravante: ‘TP’ e o mesmo modo de citação do TTP.

<sup>6</sup> Doravante citadas como ‘Ep’, seguida do destinatário e data, com o que se permite ao leitor usar qualquer edição.

<sup>7</sup> Notadamente – mas não exclusivamente – aquelas que Marx fez extratos, na seguinte sequência: cartas de Espinoza: 19, 1, 2, 4, 5, 7, 11, 13, 14, 16. 26, 32, 32, 33, 41, 42, 48, 73, 75, 78, 8, 9, 10, 12, 17 e 76.

Soem cá fora agitações e lutas,  
Sibile o bafo aspérrimo do inverno,  
Tu trabalhas, tu pensas, e executas

Sóbrio, tranqüilo, desvelado e terno,  
A lei comum, e morres, e transmutas  
O suado labor no prêmio eterno.  
(MACHADO DE ASSIS, V. 3, 1994)<sup>8</sup>.

Ser spinozista, eis o ponto de partida essencial de toda filosofia (HEGEL, 1955, vol. 3, p. 284-5)<sup>9</sup>.

## Introdução

Em sede de introdução há que se fazer uma ressalva metodológica ao examinar um dos mais relevantes filósofos inaugurais (ou precursores) do que chamamos tempos modernos – Baruch de Spinoza. Para ele e sua filosofia vale o que outro moderno demarcou e o fez com todo rigor que caracterizou a sua construção teórica:

Não há que enquadrar enquanto falso um determinado sistema filosófico porque necessite de refutação e mesmo que faça jus em recebê-la. Mas sim, deve-se considerá-lo como falso naqueles aspectos em que tal sistema seja representado como o ponto de vista filosófico mais elevado. E menos ainda o sistema que se pretenda verdadeiro pode ter com aquele a relação de ser apenas o seu oposto na medida em que, assim, tal oposto seria - ele mesmo - apenas um sistema unilateral (HEGEL, 1976, Libro III, p. 514).

Assim, este ensaio<sup>10</sup> se estrutura em torno de uma reflexão acerca da ontologia e de suas

<sup>8</sup> Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) dedicou um dos poemas, de sua vasta obra - que compreendeu prosa, poesia, teatro - para Spinoza. Aqui, se valendo da forma soneto, o bruxo do Cosme velho faz arte de qualidade em torno do pensador herético, aludindo ao artesão, polidor de lentes, e ao intelectual-filósofo. O poema que usamos como epígrafe apareceu pela primeira vez na 'Revista Brasileira', em seu terceiro volume (15.01.1880). Posteriormente foi publicado em "Poesias completas – Ocidentais". Anote-se que Machado fez incursões em praticamente todos os campos da literatura. No teatro é de ser mencionado enquanto da maior atualidade a comédia "Quase-ministro", de 1864.

<sup>9</sup> A primeira edição alemã dessas 'preleções' foi de 1833, organizada por K. L. Michelet - discípulo de Hegel e um dos principais responsáveis, entre 1832 e 1842, pela edição das obras completas do mestre - com o título '*Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*'.

<sup>10</sup> A forma ensaio - caracterizada pela abertura de hipóteses, algo como um pensar em voz alta – é atribuída a Montaigne e, posteriormente usada por autores de várias tradições. Para dele se valer, Adorno argumenta, mencionando a "Ética" de Spinoza, que "o ensaio não segue as regras do jogo da ciência e da teoria organizada segundo as quais a ordem das coisas seria a mesma que a ordem das ideias". ADORNO, 2003, p. 15). Sobre escrever ensaios, ver também: HUME, 2011 e MONTAIGNE, 2016. A passagem mencionada por Adorno é parte da proposição 7 segundo capítulo da 'Ética', na edição brasileira, página 55 ("a ordem e a conexão das ideias é o mesmo que a ordem e a conexão das coisas" (ESPINOSA, 2011, E2p7). Doravante usaremos esse modo convencional de citação, o que ajuda o leitor a, independente da edição que usar, a localizar a citação.

implicações político-práticas em Baruch de Spinoza, expressas ao longo de sua obra e epistolário, mas notadamente - para os fins aqui pretendidos - quer na sua 'Ética', na correspondência spinozana, bem como em outras obras, a exemplo do 'Tratado teológico-político', que Marx resenha parcialmente, nos meados do primeiro semestre de 1841 em três cadernos de anotações de leituras os quais foram publicados pela primeira vez na segunda edição das obras completas de Marx e Engels, em 1976<sup>11</sup>.

A pretensão é clara: visa rastrear as motivações, explícitas ou não, de Marx na leitura e nas citações, ainda que não-sistemáticas, ao longo de sua obra, que fez em torno de Spinoza, buscando com isso investigar o que pode aparentar uma pluralidade de questões, mas que, fundamentalmente, remetem a um núcleo primordial de problemas, especialmente pensar o porquê de ter sido Spinoza um personagem duplamente perseguido, quer pelo rabinato que o excomungou em duro decreto<sup>12</sup>, bem como pela corrente calvinista que ocupou o Estado holandês, pondo fim a um período iluminista de tolerância ao pensamento.

Assim, é fio condutor desse ensaio investigar com qual desses Spinoza que a tradição nos legou que Marx se identificava: se com o judeu excomungado ou se com o filósofo político tentando sobreviver num Estado não-esclarecido? Trata-se então de perquirir-nos se o recurso a Spinoza era tão somente uma opção de abordagem que permitisse a Marx refletir acerca da miséria política e social da realidade em que vivia na Prússia de então ou se a obra e as reflexões

---

<sup>11</sup> Na última fase de Marx em Berlim (1841), além de dois cadernos de anotações sobre Aristóteles (catalogados na MEGA<sup>2</sup> como cadernos B1 e B2) restaram mais seis cadernos de anotações, comentários, reconstruções e resenhas, a saber: um sobre Hume (chamado B3 e centrado sobre a teoria do conhecimento contida no 'Tratado da natureza humana' e focada nas conclusões de Hume no Livro I do TNH, reproduzida por Marx), outro caderno é sobre Leibniz (B4, focado na 'Monadologia'), outro dedicado a Rosenkranz (B8, sobre a 'História da filosofia kantiana'). Três cadernos - B5, B6 e B7 - escritos entre março e abril são sobre Spinoza e centram-se no TTP e no epistolário spinozano, cobrindo cerca de sessenta cartas. Além da inserção na MEGA<sup>2</sup>, os cadernos foram traduzidos e publicados em francês, italiano e espanhol.

<sup>12</sup> O decreto pelo qual Spinoza foi formalmente excomungado foi dado ao conhecimento público em 27.07.1656. No mesmo era informado e ordenado que: "Os senhores do Mahamad fazem saber a vossas mercês que, tendo notícia das más opiniões e dos comportamentos errôneos de Baruch d'Espinoza, procuraram por diferentes diversos meios e promessas retirá-lo de seus maus caminhos. Mas como não lograram remediá-lo, antes, pelo contrário, tendo a cada dia maiores notícias das horrendas heresias que praticava e ensinava, e das enormes obras que praticava, e tendo disso tudo muitas testemunhas fidedignas, que depuseram e tudo relataram em presença do dito Spinoza e que do relatado de tudo se ficou convencido e depois de sido tendo tudo examinado em presença dos Senhores Hahamín [rabis], deliberaram com o seu parecer que dito Spinoza seja excomungado e apartado de toda nação de Israel como atualmente o põe em *herém* [castigo] com o banimento: Com a sentença dos Anjos, com o dito dos Santos, com o consentimento do Deus Bendito e o consentimento de toda esta Kahal Kados [congregação], diante dos Santos Sepharin, estes, com seiscentos e treze parceiros, que nós excomungamos, apartamos, amaldiçoamos e praguejamos a Baruch de Espinosa (...) com todas as maldições que estão escritas na Lei. Maldito seja de dia e maldito seja de noite, maldito seja em seu deitar e maldito seja em seu levantar, maldito ele em seu sair e maldito ele em seu entrar; não queira Adonai perdoar a ele, que então semeie o furor de Adonai e que caia nele todas as maldições escritas no livro desta Lei. E vós, os apegados com Adonai, vosso Deus, sejais atento todos vós hoje. Advertindo que ninguém lhe pode falar oralmente nem por escrito, nem lhe fazer nenhum favor, nem estar com ele debaixo do mesmo teto, nem junto com ele a menos de quatro côvados nem ler papel algum feito ou escrito por ele".

daquele autor, judeu errante, tinham o que dizer - e o que - ao pensador de Trièr.

A hipótese com a qual aqui se trabalha como *leitmotiv* inicial para nos debruçarmos não apenas no legado spinozano e no que ele influenciou Marx, mas também se somar ao nosso campo de pesquisa sobre ontologia, sobre problemas do método em Marx, bem como da tensão, na teoria da ciência e na filosofia, entre descrever e prescrever (FEITOSA, 2017, v. 2, n° 47, p. 297-334), inclina-se pelo reconhecimento da relevância dessa última questão, ou seja, a ontologia, a ética, a filosofia de Spinoza tinha muito a dizer tanto a concepção materialista da história e a teoria social de Marx e de Engels quanto ao próprio tempo em que ele - Spinoza - vivia.

Ou seja, se trata de lançar as lentes da análise em torno da reformulação de um único e mesmo problema, posto de diversas formas visto que Spinoza é uma remissão recorrente quer em Marx, quer em seu parceiro de diálogo e formulação permanente, Engels, ainda que não se descure como hipótese secundária que o recurso à Spinoza era também uma forma de Marx falar sobre seu próprio tempo, isto é, criticar o instituído.

Tal opção, diga-se, não é de se estranhar na atividade filosófica: uma das mais destacadas estudiosas sobre Spinoza no Brasil, Marilena Chauí, se valeu abertamente desse recurso para pensar sobre a realidade brasileira nos anos 70-80 do século passado. Veja-se, por exemplo, sua tese de doutorado ‘Introdução à leitura de Espinosa’, defendida em 1971 na USP, a qual, “embora elaborada na esteira da redescoberta francesa de Espinosa nos anos 60, evoca a ditadura instaurada no Brasil em 1964: o trabalho foi escrito sob o signo da crítica da ditadura (...) e nele a filosofia é aplicada enquanto crítica ao instituído” (SANTIAGO, vol. 2).

Assim e seguindo tal caminho, a presente investigação reflete como questão de fundo, o que, por um lado, a filosofia espinosana teve a dizer aos fundadores desse campo de pensamento e, por outro lado, por contrafação, o que a tradição fundada pelos dois parceiros intelectuais teve a dizer aos problemas postos pelo polidor de lentes.

Para tratar desse problema e os diversos enfoques que ele comporta é que se trata, de logo, de pesquisa claramente teórico-filosófica e centrada num método aparentemente fora de moda, o método dialético marxista, herdado, pelos fundadores desse campo de pensamento, da filosofia hegeliana. O recurso a dois campos filosóficos (Marx e Spinoza) dados como fora de moda pode ser de certa maneira visto como valioso na medida em que nos livra do constrangimento das más-companhias<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> É de se registrar, em favor das boas companhias, que a necessidade de recorrermos a Spinoza se deu durante a feitura de nossa tese em teoria e filosofia do direito. Nela estudávamos - enquanto dado da experiência jurídica - a questão da verdade, o que nos levou a apresentar um trabalho num evento promovido pelo **Grupo de Estudos Espinosanos**, vinculado ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia da USP, em 29-30 de maio de

Quanto a estrutura, na **primeira parte** (publicada na edição anterior desta ‘Problemata’) o texto começou pela abordagem do pensamento espinozano naquilo que pode oferecer indicações de um viés comum entre as preocupações abodadas na ‘Ética’ bem como no ‘Tratado teológico-político’.

Em seguida, na **segunda parte**, o artigo focou a leitura que Marx fez da segunda obra, o ‘Tratado teológico-político, durante muito tempo não incluído nas edições da MEGA e busca saber até que ponto a ordem de leitura estabelecida por Marx, nos chamados ‘Caderno Espinosa’ é casual ou implicaria numa tentativa de ‘reconstruir’ (ou construir) uma ordem mais coerente – para o próprio Marx – do aludido texto, que se desdobra – na **terceira secção** do artigo, ora publicado – há a tentativa de mapear, ainda que num primeiro momento em caráter não completo e extenso, a recepção de Spinoza quer na obra de Marx, quer na de Engels.

A secção seguinte, a **quarta** e última, antes das considerações finais, discute como e em que nível tanto Marx quanto Engels lidaram com a recepção de uma ontologia de caráter materialista-realista, ainda *que in statu nascendi*, vinda de Spinoza e como ela se refletia em problemas como unidade do mundo, paralelismo entre *res cogitans* (mente) e *res extensa* (corpo), substância e esforço ou perseverar (*conatus*) entre outros que podem ter influenciado, ainda que de forma indireta e não assumida, esse campo de pensamento, com o que, em seguida, parte-se para a conclusão do ensaio ora proposto.

## **Marx e Engels e o uso do instrumental spinozano: uma ontologia de base materialista em Spinoza e a questão da unidade do mundo<sup>14</sup>**

Do mesmo modo que se não indaga a um médico se ele crê ou não, não se tem por que indagá-lo ao político. Após as grandes descobertas copernicanas sobre o verdadeiro funcionamento do sistema solar também se compreendeu que a lei de gravitação do Estado e se encontrou tal gravidade nele mesmo,

---

2007 (**Jornadas Bacon**). A atividade se deu sob coordenação dos Professores Marilena Chauí, Maria das Graças Souza e Homero Santiago. O título da comunicação foi “Verdade como correspondência: uma discussão a partir da leitura de Bacon por Marx”, bastante útil para a finalização da nossa tese. Ver: FEITOSA, Enoque. **O discurso jurídico como justificação**. Recife: EDUFPE, 2008, pp. 54-63, 134-139 e *passim*. A questão também fora tratada desde nossa dissertação de mestrado, pp. 135-139. No evento tive a dupla honra de dividir a mesa com a professora Lorena Freitas, que tratou sobre ideologia em Bacon e de sermos arguidos pelos três professores supramencionados.<sup>14</sup> Acerca dessa problemática ontológica do subtítulo é de se registrar que ela já é uma derivação de uma pesquisa nossa em andamento, tendo como base um autor pouco conhecido entre brasileiros (como já se registrou com precisão, o Brasil formal não conhece o Brasil real): trata-se do cearense Farias Brito e, especificamente de sua obra magna **Finalidade do mundo: estudos de filosofia e teleologia naturalista**, em três alentados volumes (Brasília: Senado, 2012), em todos eles há um debate permanente com a ontologia spinozana, em especial no 2º volume, no qual todo um capítulo é dedicado ao exame do sistema de Spinoza. Entre os estudiosos de Spinoza no Brasil há um relevante artigo sobre Farias Brito, sob título **Farias Brito, um espinosista nos trópicos**, da professora Marilena Chauí.

os governos europeus trataram de aplicar tal compreensão, ainda que, inicialmente, com superficialidade. Maquiavel e Campanella primeiro e depois, Hobbes, Spinoza e Grotius, até chegar a Rousseau (MARX, *In*: MECW, vol1, 2010, p. 184-202)<sup>15</sup>.

Se o potencial de conflitos desencadeados em torno de Spinoza tinha uma aparência filosófica, sua essência – como se evidencia no ‘Tratado Teológico-político’ – era política e dizia respeito à transição dolorosa do Estado medieval para o Estado moderno com sua necessária laicização, com a criação de uma esfera pública mais ampla do que àquela que, até então coesionara povos e países.

Marx e Engels, como herdeiros de uma determinada tradição, aquela do esclarecimento e na busca de um horizonte político que a radicalizasse e ampliasse, ainda que demarcando terreno com a filosofia de BS, muito em razão da circunstância de que, ainda não plenamente conscientes, da absorção do hegelianismo, o que não impediu ambos de verem os enormes méritos do polidor de lentes.

Ora, o senso comum filosófico em geral recepciona Marx e Engels, do ponto de vista teórico, unicamente por Hegel, como se esse pensador não fosse a principal influência de ambos, mas a única e como se os dois não tivessem, ao longo de um complexo processo de formação, construído seu próprio campo de pensamento e, nesse terreno uma filosofia que encetasse a discussão do Estado político em sua tensão com a fé e uma ética demonstrativamente exposta não poderia ser rejeitada em bloco por ambos.

Ainda que não tivessem travado um estudo sistemático de Spinoza, mas pelos embates com a filosofia hegeliana e com as leituras encetadas por aqueles que Marx e Engels tachavam de hegelianos ‘de direita’ – ou mesmo pelo rigor de categorias filosóficas em Spinoza, em obras como ‘Sagrada família’, ‘Ideologia alemã’, ‘*Anti-Duhring*’, ‘Dialética da natureza’, as recorrências que dos nossos dois leitores de Spinoza, fazem são bastante significativa para querer reduzi-la sob o argumento de ‘leituras unilaterais’ – e ainda que isso haja há que se pensar se, no caso, a negação da negação não contribui para que resgatemos não apenas que o que esses dois parceiros intelectuais disseram a Spinoza, mas fundamentalmente, o que aprenderam com ele.

E é esse mesmo senso comum filosófico que costuma atribuir a Hegel a paternidade da idéia que o próprio Hegel reconhece explicitamente não ser sua, como se mencionará adiante,

---

<sup>15</sup> “Acerca do recente editorial do nº 179 da ‘*Kölnische Zeitung*’” [Gazeta de Colonia]. Este artigo de Marx foi publicado na ‘*Reinische Zeitung*’ [Gazeta Renana], n. 191, de 10 jul. 184. A citação específica está na p. 201.

e sim de Spinoza, idéia essa que adquiriu status de *topos* filosófico, pela qual ‘toda determinação é negação’<sup>16</sup>, como Spinoza, em seu epistolário - carta número 50, de 02.06.1674 - dirige à Jarig Jelles, chamando atenção que:

“(...) a matéria em sua integridade deve ser considerada indefinida (...). Com efeito, quem diz que percebe algo indica somente que concebe uma coisa determinada e de que maneira ela o é. Esta determinação, portanto, não pertence ao ser da coisa, mas indica o seu não-ser. Portanto, é apenas a determinação e a **determinação é negação** e, assim, ela não pode ser algo, mas só uma negação”<sup>17</sup>.

Assim, é errônea a atribuição dessa afirmação como uma ‘leitura’, feita por Hegel, de Spinoza. A idéia não é de Hegel<sup>18</sup>, cujos méritos são muitos, mas são outros e não o de ter visto antes de Spinoza, esse problema. E isso comparece não apenas no epistolário.

É o que se pode inferir, na primeira parte da ‘Ética’ quando o filósofo destaca que o “ser finito é, parcialmente, uma negação e ser infinito, uma afirmação absoluta da existência”<sup>19</sup> ou mesmo quando, ainda na primeira parte ele chama atenção de que “pertence à essência do que é absolutamente infinito tudo aquilo que exprime uma essência e não envolve qualquer negação”<sup>20</sup>. Ou ainda na demonstração da terceira proposição, quando na terceira parte da ‘Ética’ Spinoza lembra, acerca da origem e da natureza dos afetos, que “as paixões só estão referidas à mente enquanto ela tem algo que envolve uma negação, ou seja, enquanto ela é considerada

<sup>16</sup> No âmbito de nosso Núcleo de Pesquisa na UFPB (‘Marxismo, realismo e direito’) esse debate sobre Spinoza, Hegel e a ideia de ‘determinação como negação’ fora retomado em outubro de 2015, a propósito de um seminário apresentado pela colega professora Lorena Freitas sobre Lógica formal e lógica dialética, no qual estavam subsumidas a discussão e leitura, entre outros textos, de Galvano della Volpe (1984), de Henri Lefebvre (1991) e Caio Prado Jr. (1969). Na época se discutiu que, para um debate lógico, é indiferente se é adotado o aforismo spinozano supramencionado ou ver a ‘determinação como uma forma de definição’ ou ainda ‘definir a natureza do objeto mediante uma predicação essencial’ (FERRATER-MORA, p. 690, verbete determinação, sentido 2). Do mesmo modo - conforme nossas notas da época - levamos em alta conta a apreciação pela qual “a negação da negação não é outra coisa senão a contradição, pois ao negar a negação como simples determinabilidade por um lado ocorre uma afirmação e, por outro, nega-se em geral (...) esta contradição, que é precisamente o racional, é o que faltaria em Spinoza”. (HÉGEL, tomo 3, 1955, p. 307-308. a seção dedicada por Hegel a Spinoza vai da p. 280-310, afora inúmeras menções ao longo do texto). Na ocasião, a parte final da afirmação de Hegel deu uma pista para nos debruçarmos sobre o debate em tela. Além dos textos citados, nos valem de MACHÉREY (2011, notadamente os capítulos 1 e 4).

<sup>17</sup> É de destacar quer, na edição alemã da MEGA<sup>2</sup> (1988, p. 132 e p. 639n69), na edição inglesa da MECW (v. 25, p. 131 e n64), bem como na tradução brasileira (p. 171, n.299, 2015) informa-se, sem maior justificativa ou explicação, que o enunciado em comento encontra-se numa carta de 02.06.1674 de Spinoza para “um desconhecido”. Sobre o problema da determinação é de levar também em conta a carta 36 do epistolário spinozano.

<sup>18</sup> Como assinala Mariana de Gainza “é Hegel quem canoniza uma frase espinozana extraída de uma carta a Jarig Jelles: ‘*omni determinatio negatio est*’”. GAINZA, Mariana de. A negatividade interrogada. Espinosa entre Bayle e Hegel. In: *Cadernos Espinosanos*, nº 16, 2007, p. 13ss.

<sup>19</sup> E1p8sc

<sup>20</sup> E1d6e



como uma **parte da natureza**”<sup>21</sup>.

Examinando o problema, na monumental ‘Ciência da lógica’<sup>22</sup>, Hegel considera que o avanço mais significativo de Spinoza consistiu no princípio metódico pelo qual ‘*omnis determinatio est negatio*’. Hegel atenta seu leitor para a relevante questão de que, com essa afirmação, o ser só pode ser pensado unicamente enquanto totalidade em todos seus modos e formas.

A determinidade é a negação posta como afirmativamente. É a proposição de Spinoza: *omnis determinatio est negatio*. Essa proposição é de importância infinita. A unidade da substância spinozista - ou seja: somente uma única substância é - é a consequência necessária dessa proposição que a determinidade é negação. *Pensar e ser*, ou seja, saber e extensão, as duas determinações que Spinoza tem diante de si, ele precisou pô-las com um nessa unidade, pois como realidades determinadas, elas são negações cuja infinitude é a unidade delas (HEGEL, 2016, t. I, p. 116-117).

Hegel completa lembrando que “segundo a definição de Spinoza, a infinitude de algo é a sua afirmação” (HEGEL, 2016, t. I, idem). Com o que se deriva que a conclusão spinozana pela qual determinação é negação é não apenas lógica como também necessária.<sup>23</sup>

Marx e Engels ainda que não subscrevessem todas as derivações do sistema de Spinoza não ignoraram os grandes achados de nosso filósofo, o que teve implicações em como eles ‘leram’ e recepcionaram e criticaram uma concepção do ser (portanto ontologia) de base materialista-naturalística e como isso se reflete em problemas cruciais, dentre eles se destacam questões tais como a questão da unidade do mundo, o paralelismo entre *res cogitans* e *res extensa* e, a nosso ver, o mais relevante deles: o da divindade como natureza. Marx e Engels não abordaram com centralidade boa parte desses problemas, mas as incursões deles, como se passará a ver, não apenas são relevantes, mas mostram, fundamentalmente, que absorveram muitos dos méritos da filosofia de Baruch de Spinoza e o nível em que ela contribuiu não apenas como veleidades da juventude de Marx e Engels, mas também nas obras de maturidade, quer de Engels, como se verá mais adiante no presente artigo, no ‘Anti-Dühring’ e em ‘Dialética da natureza’, quer em Marx, inclusive nos escritos preparatórios de ‘O capital’<sup>24</sup>.

<sup>21</sup> E3p3 (demonstração). Destaque nosso.

<sup>22</sup> Mas não apenas nela, visto que, e nesse mesmo sentido, o problema é posto em HEGEL (1984, v. 1, p. 152), bem como, no mesmo autor (1985, p. 233).

<sup>23</sup> Esse profundo problema filosófico posto por Spinoza é tratado com extrema maestria em: MARCHEREY (2011, p. 114-122). Mas ressalte-se que esse debate vai além dessas páginas mencionadas visto que ocupa completamente a quarta parte da obra, na qual a sentença spinozana – *omnis determinatio est negatio* – dá o título da seção, mostrando a valoração que o autor ora mencionado confere ao problema.

<sup>24</sup> Nos manuscritos econômicos de 1857-58 e que constituem a primeira versão de ‘O capital’, a certa altura do esboço da ‘introdução’, quando discorre sobre consumo e produção, Marx lembra que “Os economistas chamam de consumo produtivo a produção enquanto idêntica ao consumo e consumo enquanto imediatamente idêntico com

Na segunda edição do ‘*Capital*’, na sétima parte, altura em que discute a acumulação de capital e mais especificamente a conversão de valor excedente em capital, no vigésimo quarto capítulo, Marx, adita a seguinte nota:

Nunca ocorreu à economia a simples reflexão de que toda ação humana pode ser vista como abstinência de seu oposto. Comer é a abstinência do jejum; caminhar, abstinência de ficar parado, trabalhar, abstinência de ficar ocioso, ocioso, abstinência de trabalhar, etc. Esses senhores fariam bem em ponderar sobre a sentença de Spinoza pela qual ‘*determinatio est negatio*’ (MARX, 2010, v. 35, p. 592).

O recurso a Spinoza sempre foi reiterado de muitos anos antes. Num texto de juventude no qual comentava acerca de um decreto sobre restrições à liberdade de imprensa, editado pelo governo prussiano em dezembro de 1841 e tornado público em janeiro seguinte, Marx se vale de Spinoza<sup>25</sup> ao lembrar que sendo a verdade tão pouco discreta quanto a luz, “é o índice de si mesma e do falso” e, portanto, afirma Marx, a verdade é necessariamente contra a ‘não-verdade’ (MARX, 2010, v. 1, p. 122; MARX; idem, 2008, p. 53-78).

E, mais adiante, aponta Marx que, não obstante o decreto prussiano por ele mencionado na citação cima, argumentar que há uma justificação moral para a prática da censura estatal, se “a moral não reconhece senão sua religião geral e racional e a religião, a sua vez, só reconhece a sua moral positiva, a censura teria que condenar como irreligiosos os heróis intelectuais que defendem a autonomia da moral, quais sejam, Kant, Fichte e Spinoza – pois todos eles partem, como moralistas, de uma contradição de princípio entre moral e religião: a moral se apoia na autonomia e a religião no aspecto heterônomo do espírito humano” (MARX, 2010, v. 1, p. 118-9, bem como, 2008, p. 64).

Nos materiais preparatórios para sua tese doutoral essa distinção de esferas comparece claramente já nas anotações que organiza para sua futura tese doutoral. Os textos desses foram escritos em 1839, neles constando numerosas páginas sobre filosofia antiga. Esses manuscritos

---

a produção. Tal identidade entre produção e consumo é a mesma coisa que a proposição de Spinoza: *determinatio est negatio*”. No trecho em comento, o sentido é de determinação como definição. Assim: toda definição é negação, na medida em que limita a essência do definido. Essa seria a interpretação – que se tornou corrente - que Hegel dá a essa afirmação de Spinoza. Mas, no próprio Spinoza, e mais contemporaneamente, o sentido se estabeleceu como ‘limitação é negação’. Na obra de Spinoza a proposição se deduz da ‘Ética’ e se encontra na carta de nº 50, dirigida a Jelles (02.06.1674). Em Hegel ela é comentada na ‘Ciência da lógica’ (2016, p. 117-18) e na ‘Enciclopédia’ (2008, I, § 91). Em Marx, na passagem aqui mencionada, dos Manuscritos de 1857-58 (2010, MECW, v. 28, p. 27-8).

<sup>25</sup> SPINOSA, E2p43, demonstração: “(...) o que pode existir de mais claro e certo que uma ideia verdadeira e que possa servir como norma de verdade? A verdade é norma de si própria e do falso (*verum index sui et falsi*). A primeira está para o segundo como e ente está para o não-ente”

(distribuídos em sete cadernos) consistem em anotações das quais os cadernos de 1 a 4 e o 7 trazem o título ‘filosofia epicúrea’ na capa.

O quinto caderno tem grande quantidade de páginas perdidas e as últimas cinco páginas do sexto caderno contem excertos da ‘Enciclopédia’ de Hegel e com título apostro por Marx como “Plano da filosofia da natureza de Hegel”. Os cadernos de notas foram publicados pela primeira vez em 1927 no primeiro volume da MEGA<sup>1</sup> - *Marx und Engels Gesamtausgabe, Band I*, cuja edição incluiu apenas os textos escritos por Marx sem os excertos dos autores que ele leu e sem os comentários.

Num desses cadernos, Marx comenta Lucrecio, a propósito da ‘natureza das coisas’ e anota: Há que se destacar como Lucrecio tem uma compreensão infinitamente mais filosófica de Epicuro do que [a tem] Plutarco, pois o primeiro fundamento da investigação filosófica é se ter um espírito livre e audaz” (MARX, 2010, v. 1, p. 469).

Encabeça esse comentário um trecho da proposição spinozana que encerra a ‘Ética’: *beatitudo non est virtutis praemium, sed ipsa virtus*, ou seja: a beatitude não é o prêmio da virtude, mas a própria virtude.<sup>26</sup>

Note-se que, nesses mesmos textos preparatórios, Marx anota que “em filósofos mais vigorosos - como Aristóteles, Spinoza e Hegel - a atitude filosófica deles tinha uma forma mais geral. Em razão disso ele valora Aristóteles, quando o grego admira a natureza, em seus tratados, como manifestação de racionalidade e o mesmo em relação a Spinoza, quando esse fala de contemplação do amor ‘*sub specie aeternitatis*’ (do ponto de vista da eternidade) e da inspiração de Hegel quando ele expõe a realização eterna da Ideia.

Para o então jovem Marx, o magnífico organismo do universo do espírito é mais genuíno, mais cáldo, mais benéfico para uma mente filosoficamente educada. Por essa razão, a inspiração de Platão culmina em êxtase, enquanto a desses outros se consome como o puro ideal da ciência; é por isso que o primeiro era apenas uma garrafa de água quente para mentes individuais, enquanto Aristóteles é o espírito animador dos desenvolvimentos históricos mundiais (MARX, 2010, v. 1, p. 495-6).

Na obra de polêmica ‘A sagrada família’, a certa altura do capítulo VI, no qual Marx, autor da terceira secção do referido capítulo, sob título ‘a batalha crítica contra o materialismo

---

<sup>26</sup> E5p42.

francês' (p. 117-163) polemiza com Bruno Bauer assinalando que “à história crítica do materialismo francês nós oporemos a sua história profana, de massa”. E, não obstante reconhecer os méritos de Spinoza, contra seus detratores ‘críticos’, Marx assinala que “o iluminismo francês do século dezoito e o seu materialismo não lutaram apenas contra as instituições políticas existentes, contra a religião e a teologia imperantes, mas também contra a metafísica imperante – Descartes, Malebranche, Spinoza e Leibniz” (MARX, 2010, v.4, pp. 124-25, 127), para assinalar mais adiante o papel de Pierre Bayle na refutação da metafísica, através do ceticismo, que priorizou a polêmica com os dois últimos dos mencionados (*idem, ibidem*, pp. 127, 129-132, 136-7, 139), atrás dos quais – e sem que esses tivessem consciência disso - se escondiam os interesses escusos do Estado feudal e de sua religião correspondente. O fato desse uso ideológico conservador desses filósofos e dessas filosofias, não negam os fatos e nem os méritos deles, pois parafraseando Ferreira Gullar, também filosofia não se pode fazer de costas para o mundo.

Por isso que em ‘A ideologia alemã’, polemizando (mais uma vez) com Bruno Bauer, Marx e Engels criticam a afirmação de Bauer, ironizada como ‘nova revelação do reino de deus’ e pela qual ‘Hegel havia reunido a substância espinozana com o Eu fichteano’:

Em ‘A sagrada família’<sup>27</sup> a filosofia hegeliana é apresentada como a união entre Spinoza e Fichte e, ao mesmo tempo, é enfatizada a contradição dessa união. É típico [de Bauer] que ele, diferentemente dos autores de ‘A sagrada família’, não considere a relação entre autoconsciência e substância como questão polêmica no interior da especulação hegeliana (MARX, ENGELS, *In: MECW*, vol. 5, p. 98).

Ainda na mesma obra, Marx e Engels prosseguem na crítica a compreensão débil de Bauer acerca de Spinoza chamando atenção para o fato de que “ele [Bauer], ao confrontar Feuerbach e Stirner, nada mais fez do que repetir tudo o que Hegel já esclarecera acerca de Spinoza e de Fichte”(C106).

Mas a crítica a leitura descabida de Spinoza não é limitada pelos dois fundadores do

---

<sup>27</sup> Para conferir diretamente essa menção na obra glosada ver: MARX, K.; ENGELS, F. **The holy family**. *In: MECW*, v. 4, p. 139: “The dispute between Strauss and Bauer over substance and self-consciousness is a dispute within Hegelian speculation. In Hegel there are three elements: Spinoza's Substance, Fichte's Self-consciousness and Hegel's necessarily antagonistic unity of the two, the Absolute Spirit. The first element is metaphysically disguised nature separated from man; the second is metaphysically disguised spirit separated from nature; the third is the metaphysically disguised unity of both, real man and the real human species.” [tradução livre: a disputa entre Strauss e Bauer sobre substância e autoconsciência é uma disputa no interior da especulação hegeliana. Em Hegel há três elementos: a substância espinozana, a autoconsciência fichteana e a unidade necessariamente antagonista de ambas – o espírito absoluto. O primeiro elemento é a natureza metafisicamente disfarçada e separada do homem; o segundo é o espírito metafisicamente disfarçado e separado da natureza; o terceiro é a unidade metafisicamente disfarçada de ambos, o homem real e a espécie humana real].

socialismo científico a Bauer. Ela também atinge principalmente Stirner, a quem criticam por “a atribuir à cabeça dos homens uma suposta ‘obsessão’ que não é senão dele [Stirner] qual seja: enxergar o mundo *sub specie aeterni* [sob a perspectiva da eternidade] (MARX, ENGELS, In: MECW, vol. 5, p. 161 e 463-3)<sup>28</sup>.

Aliás, é bom destacar que muito provavelmente não seja gratuito e nem sem certa dose de ironia, o modo com que Marx e Engels usem essa expressão que destacamos para criticar Stirner. Embora ela seja comum na teologia e na metafísica, é muito usada por Spinoza na *Ética*, especialmente na quinta parte, na qual a expressão aparece quase duas dezenas de vezes na edição original, em latim ora na forma ‘*sub specie determinatis*’<sup>29</sup>, ora como ‘*sub determinatis specie*’<sup>30</sup> – nenhuma como grafado em ‘*A Ideologia alemã*’: “enxergar o mundo ‘*sub specie aeterni*’<sup>31</sup>. Fora da quinta parte a expressão só aparece na quarta parte<sup>32</sup>.

Marx e Engels, não obstante terem diferenças com o spinozismo - dado a influência que tiveram de Hegel – não subestimaram o conjunto das contribuições políticas, teóricas e filosóficas do polidor de lentes e se recusaram a se somar a anões, que enfrentaram em ‘*A ideologia alemã*’, para objetar a um gigante como Spinoza. E, nos textos preparatórios - os ‘*Grundrisse*’ - para o ‘*Capital*’ quando a mencionam como argumento, fazem de forma séria e não, jocosa: “o *plus* valor, assim quantificado pelo valor do capital pressuposto, posto como valor que se valoriza, é o lucro, considerado não *sub espécie aeterni* mas, *capitalis*”<sup>33</sup>.

Em outros momentos da obra Marx e Engels reiteram as farpas irônicas em direção a Stirner - a ‘*Ideologia alemã*’ foi escrita claramente com a rigorosa finalidade de ser um livro de polêmica e combate que, como lembrou anos depois um de seus autores, depois de ter propiciado o próprio esclarecimento de ambos, foi enviado à crítica roedora das traças.<sup>34</sup>

Num dos trechos mais ácidos da obra eles assinalam que “já no século XVII um antigo ‘clérigo’, Spinoza, (o uso das aspás, como recurso retórico, e a metáfora contida são de Marx e Engels com o fito de fortalecer a ironia) tivera a ‘audácia’ de agir como futuro censor de Max [Stirner] ao lembrar que ‘ignorância não é argumento’ – e é por isso que Stirner odeia Spinoza,

<sup>28</sup> Nesse comentário, Marx e Engels ironizam com os auto-intitulados “socialistas verdadeiros”, Bruno Bauer e consortes. A expressão latina como transcrevemos no texto, está assim grafada no original.

<sup>29</sup> E5p23s (uma vez), E5p29 (duas vezes) E5p29d (4 vezes), E5p30d (duas vezes), E5p36 (uma vez)

<sup>30</sup> E5p22 (uma vez), E5p23s (uma vez), E5p29s (uma vez) E5p31d (duas vezes), E5p31s (duas vezes)

<sup>31</sup> Ver: MECW. **German ideology**, v. 5, p. 161.

<sup>32</sup> E462d, embora a MECW na nota “a” da p. 161 só remeta o leitor para a quinta parte da ‘*Ética*’.

<sup>33</sup> MARX, Karl. Economic manuscripts of 1857-58 (First Version of Capital) – Outlines of the critique of political economy (rough draft). In: **Economic works (1857-61)**, MECW, v. 29, p. 130.

<sup>34</sup> MARX, K. A Contribution to the Critique of Political Economy – Preface ( Jan. 1859). In: **Marx and Engels collected Works**, vol. 29 (Marx 1857-1861). London: Lawrence and Wishart, 2010, pp. 261-265. A citação supra na p. 264

mas reverencia o ‘clérigo’ Leibniz” (MARX, ENGELS, 2010, v, 5, 178-9)<sup>35</sup>.

O fato é que, a forma da refutação que Spinoza faz, independentemente de suas intenções, nessa passagem mencionada por Marx e Engels, nada mais é do que se opor a visão clerical de caráter teleológico, herdeira da religiosidade antiga e medieval pela qual tudo na vida é determinado pela providência divina enquanto causa final e que o apelo a tal tipo de argumentação reflete tão somente perplexidade por não conseguir compreender e explicar as causas verdadeiras dos acontecimentos, isto é, seguindo Demócrito, o que se afirma é que não há *alea*. Os seres humanos inventaram o acaso para disfarçar e justificar o próprio embaraço com a ignorância das causas (MARX, 1972, p. 150).

O uso de tal argumento aparece também a certa altura do ‘*Anti-Dühring*’ quando Engels desnuda o completo desconhecimento de seu oponente no que concerne ao direito francês de então, “o único código civil moderno baseado nas conquistas da grande revolução francesa e que traduziu importantes conquistas para a linguagem jurídica”. E prossegue:

Dühring ignora não apenas o único direito moderno, o francês, como demonstra incultura com o único direito germânico desenvolvido até o século XIX, estendendo-se aos quatro cantos do mundo, fora da influência do direito romano - o direito inglês. Basta-nos isso para responder as suas tolices com as palavras de Spinoza: - ‘*Ignorantia non est argumentum*’ (ENGELS, *In:MECW*, v. 25, p. 102).<sup>36</sup>

Esse reconhecimento e defesa do papel de Spinoza, mesmo temperado por divergências de fundo, não era mero arroubo dos então jovens filósofos Marx e Engels. Num texto do segundo, já filosófica e politicamente amadurecido, ele enfatiza:

Junto à filosofia francesa do século XVIII surge também a moderna filosofia alemã, cujo ponto culminante foi Hegel. O principal mérito dessa filosofia foi a restauração da dialética, como forma mais elevada de reflexão e do pensamento. É de lembrar que os antigos filósofos gregos foram todos eles dialéticos inatos e a cabeça mais universal de todos eles - Aristóteles - chegou a estudar as formas mais substanciais do pensamento dialético. Por outro lado, a nova filosofia, mesmo tendo um ou outro brilhante defensor da dialética (como foram, por exemplo, Descartes e Spinoza) quedava cada vez mais sob a influência dos ingleses no que concerne a forma metafísica de reflexão, que predominou quase totalmente entre os franceses do século XVIII, ao menos

<sup>35</sup> Já a afirmação spinozana ‘ignorância não é argumento’ em E1ap, na edição brasileira da ‘*Ética*’ essa proposição pode ser inferida no ‘apêndice’ nas pp. 44-45, mas, como já vimos aqui, reaparece na epístola 3 (Spinoza para Oldenburg, 27.09.1661).

<sup>36</sup> Mais adiante, nos rascunhos para a ‘*Dialética da natureza*’, Engels anota que Agassiz, o último Quixote da biologia, atribui ao divino um desatino empírico: ter criado não apenas os animais reais mas também os animais ‘abstratos’! Engels anota logo após: “deus = néscio [desconheço]. Mas, ignorância não é argumento”.

em suas obras de caráter especificamente filosóficas (ENGELS, In; MECW, v. 24, p. 298).<sup>37</sup>

Assim, nas menções a Spinoza, quer em ‘Socialismo utópico ao socialismo científico’, quer em vários momentos do ‘Anti-Dühring’, mesmo quando divergindo do autor da ‘Ética’, Engels faz questão de defendê-lo perante os ataques de anões filosóficos, visto que parte dos detratores do filósofo não o faziam em razão das limitações eventuais do sistema dele, mas dos seus méritos.

É o que ocorre quando Engels, na segunda obra supramencionada, examina a categoria dialética da ‘negação da negação’, desenvolvida notadamente por Hegel na ‘Ciência da lógica’ assinala que, mencionando Spinoza, “as objeções principais levantadas pelos metafísicos contra a dialética dizem muito da estreiteza de horizontes característica de uma metafísica vulgar visto que, essa maneira de pensar ignora:

Negar, em dialética, não consiste pura e simplesmente em afirmar que uma coisa não existe. Spinoza destacou que toda determinação, toda delimitação de um ser é, simultaneamente, sua negação. Na dialética, o caráter da negação obedece à natureza geral do processo e, em segundo lugar, à sua natureza específica. Não se trata apenas de negar, mas de anular novamente a negação.

<sup>37</sup> Esse argumento engelsiano é copiado quase que literalmente do: ENGELS, F. **Anti-Dühring** [1877-78]. In: MECW, v. 25, p. 21 (bem como nos textos preparatórios da obra – ver na MECW, v. 25, p. 593). Na citada da p. 21, Engels lembra que, “para se fazer do socialismo uma ciência necessita-se antes de tudo assentar sua teorização sobre bases reais”. Na MECW, os editores lembram a propósito que, em 1880, a pedido de Paul Lafargue, Engels reescreveu três capítulos do ‘Anti-Dühring’ - a primeira parte da introdução e os capítulos segundo e terceiro da terceira parte da dita obra. Essa separata foi publicada como um trabalho de divulgação popular e publicado pela primeira vez em três números da francesa ‘La Revue socialiste’, em março-maio de 1880 e depois, no mesmo ano, como panfleto separado intitulado ‘Socialisme utopique et socialisme scientifique’. Todo esse foi feito sob supervisão de Engels, que fez várias adições e mudanças no texto. A tradução para o francês foi feita pelo já mencionado Lafargue, genro de Marx. Posteriormente, um grande impulso para a divulgação internacional do trabalho foi a publicação, em 1882, da primeira edição alemã autorizada com o título de ‘Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft’ na qual em que Engels também fez algumas adições. Ainda em vida de Engels, o trabalho foi traduzido em muitas línguas europeias e ganhou grande circulação entre os trabalhadores, promovendo efetivamente a disseminação de ideias marxistas. Tais traduções foram feitas a partir do panfleto francês e, principalmente, da edição alemã. Uma quarta edição alemã autorizada da obra apareceu em Berlim em 1891. Em razão dessas publicações em separata e dos acréscimos feitos, Engels fez também novas adições também ao ‘Anti-Dühring’, que acabaram por não serem publicadas com ele ainda vivo. Mas as mesmas constam na edição das MECW, que utilizamos no presente artigo. (MECW, v. 25, pp. 630-42). Registre-se ainda que, na publicação de ‘Do socialismo utópico ao socialismo científico’ um lugar significativo deve ser atribuído à tradução autorizada para o inglês, feita por Edward Aveling a partir da quarta edição alemã de 1891, que apareceu em Londres em 1892. Um registro final – curioso - deve ser feito ao se lembrar que Engels comparou a primeira publicação em inglês, nos Estados Unidos, então feita no ‘The People’ (um jornal socialista nova-iorquino) em agosto-outubro de 1891, a “uma edição ‘pirateada’ num ‘miserável inglês’ (ver carta de Engels para Friedrich Adolph Sorge, 24.10.1891. MECW, v. 49). Assim, os textos que usamos neste artigo, quer do ‘Anti-Dühring’, quer da separata sob título ‘Do socialismo utópico ao socialismo científico’ foram a partir do texto inglês autorizado por Engels para edição de 1892 e no qual os editores informam que o cotejaram com a edição francesa de 1880, bem como com a edição alemã de 1891. Com isso, a tradução inglesa da MECW é praticamente idêntica ao texto da quarta edição alemã, tendo-se a cautela de que as discrepâncias mais significativas fossem todas indicadas em notas de rodapé.

Assim, a primeira negação será de tal natureza que torne possível ou permita que seja novamente possível a segunda negação. De que modo? Isso dependerá do caráter especial do caso concreto. Portanto, cada espécie de coisas tem um modo especial de ser negada, que faz com que a negação engendre um processo de desenvolvimento, acontecendo o mesmo com as ideias e os conceitos (ENGELS, *In: MECW*, v. 25, p. 131-2).

Assim, reafirma o preciso e filosófico Engels que a concepção de ‘determinação como negação’ exposta numa carta de Spinoza para Jarig Jelles, em 2.06.1674 (Carta 50) - como já assinalado – é sem mais e incorretamente atribuída a Hegel, que apenas a repercutiu (HEGEL, *Enciclopédia*, v.1, §§89-95)<sup>38</sup>

Do mesmo modo, tratando do desenvolvimento da ciência moderna, lembra Engels que a ciência natural da primeira metade do século dezoito era mais avançada que a da antiguidade grega, mas abaixo dela no que dizia respeito ao domínio ideal desse material, dentro da concepção geral da Natureza. Ele lembra que, para os filósofos gregos, o mundo havia saído do caos e, depois se desenvolvera, isto é, algo que se fora fazendo, não fora previamente dado. Já para os naturalistas de então, ao contrário dos filósofos, a natureza era invariável e, para a maioria deles, feita de um só golpe (ENGELS, *In: MECW*, v. 25, p. 322).

Para Engels isso se deu na medida em que a ciência antiga e medieval encontrava-se dominada pela teologia. Por toda a parte se buscava como fundamento, um impulso externo e não explicado pela própria natureza. Como surgiram as inumeráveis espécies, como surgiu o ser humano, já que não existiu desde a eternidade? A essas perguntas, a ciência natural frequentemente respondia lançando a responsabilidade sobre um criador de todas as coisas.

Copérnico, no início desse período, lança o desafio à teologia. O conceito geral mais elevado a que conseguiu chegar o saber científico foi o da utilidade das coisas da natureza, com a trivial teologia de Wolff segundo a qual os gatos foram postos no mundo para comer ratos, estes para serem comidos pelos gatos e toda a natureza criada para demonstrar essa sabedoria do criador. Assim, a mais alta honraria que se pode atribuir à filosofia desse período moderno foi não se ter deixado perder o rumo em consequência da limitação dos conhecimentos das ciências naturais então em voga. O fato de terem tido - desde Spinoza até os grandes materialistas franceses - a persistência em explicar o mundo por si mesmo e não por causas não científicas foi uma enorme contribuição a ciência vindoura (ENGELS, *In: MECW*, v. 25, p. 322)

Ressaltemos que não foi apenas uma enorme contribuição à ciência. Foi também um ato de coragem filosófica que o velho Engels reconheceu, pois Spinoza, dentre outros mártires da

<sup>38</sup> Já na ‘Ciência da lógica’, a menção está em: Livro 1º, 1ª secção, 2º cap., A: ‘Qualidade e negação’. Nas ‘Lições preliminares sobre a história da filosofia’, no 1º volume (1º adendo, 1º cap., § sobre Parmênides), n. 64. AD)



ciência e da filosofia pagou um alto custo por isso.

Na sequência dessa obra é de se registrar outra remissão a Spinoza quando Engels assinala, numa das notas e fragmentos sobre a história da ciência’ do ‘*Dialética da natureza*’, que “na biologia, Agassiz<sup>39</sup> - ironicamente nominado, por Engels, como o último grande Dom Quixote desse campo do saber - atribui a deus um desatino positivo: deus teria criado não apenas os animais empíricos, mas também os abstratos – os peixes enquanto peixes!”. Em seguida o próprio Engels comenta numa nota a margem: ‘conforme Spinoza, ignorância não é argumento’ (ENGELS, *In: MECW*, v. 25, p. 480-2), voltando, na mesma página, a um breve comentário sobre Spinoza com o fim de criticar Ludwig Büchner (1824-1899) um fisiologista germânico de formação vagamente (ou segundo o Engels, da ‘*Dialética da natureza*’, vulgarmente) materialista.

Mais adiante, quando Engels, num dos últimos fragmentos da obra ora em comento, aborda o problema dialético da ação recíproca, ele o faz – de novo – recorrendo a Spinoza: “a ação mútua é a primeira coisa que se observa na matéria em movimento (...) estados que se convertem uns em outros, se condicionando mutuamente, ora como causa ora como efeito, ou como Spinoza formula: ‘a substância é *causa sui* - causa de si mesmo’ – tese que expressa rigorosamente a ação recíproca” (*Idem, ibidem*, p. 511)<sup>40</sup>.

Não há, aqui, como não deixar de mencionar ressonâncias não apenas de Spinoza, mas também de Hegel e não apenas em Engels, mas também Marx. Ao filósofo holandês seria também perfeitamente aplicável, diante de anões filosóficos que o criticaram o que Marx, no posfácio à segunda edição de ‘*O capital*’ afirmou de Hegel, ao destacar, como mencionamos de passagem, mais acima, que:

Quando a dialética hegeliana ainda estava na moda, há trinta anos, critiquei o lado mistificador da mesma. Sucede que, quando eu elaborava o primeiro volume de ‘*O capital*’, epígonos arrogantes e medíocres [Marx refere-se notadamente a Büchner, Lange, Dühring, entre outros] acharam-se no direito de tratar Hegel como Mendelssohn tratou Spinoza, na época de Lessing, ou seja: ‘como um cachorro morto’. Em razão disso resolvi declarar-me publicamente como discípulo daquele grande pensador [Marx refere-se a

<sup>39</sup> Engels certamente refere-se a Louis Agassiz (1807-1873), autor obra ‘*Contributions to the natural history of the U.S.A.*’, publicada de 1857-1862. Na ‘*Dialética da natureza*’ Engels cita Agassiz a partir de Haeckel.

<sup>40</sup> Sobre o trecho em questão, e na página citada, só é mencionada, de Spinoza, a definição 3 da 1ª parte da ‘*Ética*’ (E1D3): “por substância se entende aquilo que existe em si mesmo etc.”. Mas a formulação como posta nesse fragmento da ‘*Dialética da natureza*’ só adquire sentido se mencionada a demonstração da proposição 7 da mesma primeira parte (E1p7d): “uma substância não pode ser produzida por outra coisa. **Ela será, portanto, causa de si mesma**” [destaquei]. Na forma latina original: “*substantia non potest produci ab alio (...) erit itaque causa sui (...)*”. O problema da substância também comparece, além de E1D3 e E1p7d em: E1p8, E1p13c, E1p15s, E1p12d, Ep25sc, para mencionar as principais passagens.

Hegel] e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a flertar aqui e ali com seus modos típicos de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impediu em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de ‘ponta-cabeça’. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir a capa racional dentro do seu núcleo místico (MARX, *In: MECW*, v. 3, p. 11-22).<sup>41</sup>

## Considerações finais

Se ocorrer de o mundo durar um incalculável número de anos, a religião universal que então predominará será um **espinozismo depurado**. A razão liberada a si mesma não conduzirá a nenhuma outra coisa e seria impossível que conduzisse à outra (LICHTENBERG, 2012, p. 197)

Começamos com Hegel e Machado. Terminaremos com Lichtenberg, Hegel e Galileu: em missiva dirigida à Benedetto Castelli, monge beneditino e que foi seu discípulo, depois colaborador e professor de matemática na Universidade de Pisa, em 21 de dezembro de 1613, Galileu Galilei, enfrentando suas agruras para compatibilizar (ou superar) as antinomias entre fé e ciência lembra, a certo trecho da missiva, que “nas escrituras encontram-se muitas proposições as quais, quanto ao sentido nu das palavras, têm aparência diversa do verdadeiro, mas que assim foram apresentadas para acomodar-se à incapacidade do vulgo. Portanto, para aqueles que estão acima do senso comum necessário se faz que exponham o conhecimento verdadeiro, mostrem os sentidos corretos e acrescentem-lhes as razões por que foram proferidos com aquelas palavras (GALILEU, 2009, p. 19)

Quem fez ciência, quem fez filosofia (e quem faz) está sujeito a tais vicissitudes, que ocupa corações e mentes para, sem perder a coerência e nem a vértebra, lidar com a (não) razão da fé e (ou) do Estado: Galileu se valeu do argumento belarminiano da dupla verdade.

Spinoza da insistência em argumentar em torno de sua fé e que ela não pode ser confundida com a superstição e o recurso ao acaso que se pode valer a multidão, pois “se os seres humanos pudessem dirigir todos os seus assuntos com critérios seguros, não estariam dirigidos por nenhuma superstição, mas como amiúde se vêem submetidos a tais surpresas nos quais não é possível recorrer a nenhum plano, flutuam penosamente entre esperança e medo e, com isso, sua alma é propensa a crer em qualquer coisa (...) com o que os seres humanos só são vítimas

---

<sup>41</sup> A crítica, que Marx menciona na citação, a que submeteu a filosofia de Hegel, refere-se a sua ‘Contribuição à Crítica da filosofia do direito de Hegel’, já mencionada mais acima em: – MECW, v. 3, p. 3-129. Quanto ao uso da expressão ‘cachorro-morto’, já foi examinada no presente artigo o contexto de seu uso e a referência hegeliana a Jacobi, Lessing e Mendelssohn.

da superstição enquanto lhes dura o medo, pois nada governa a multidão com maior eficácia que essas superstições”.(SPINOZA, TTP, prólogo, §§1, 4, 5).

Hegel, a sua vez, tratando de colocar uma interrogação inesperada ao ser inquirido por Heine se o real é racional, ou, quem sabe, reafirmando sua fé a fim de não abrir novas frentes de batalha, nas suas “Preleções sobre história da filosofia” assinala que ‘o comportamento do espírito para consigo mesmo, exclusivamente, é o critério absoluto’. E arremata, em seguida: ‘o espírito divino vive na comunidade de seus fiéis e nela se faz presente. Esta presença se chama fé, mas não é fé histórica. Os luteranos possuem fé originária. Eu – reafirma o filósofo - em particular, pretendo seguir a tendo e continuando luterano’.

Hegel sabia do que estava falando. Não era um fingido que se disfarçava de fervoroso, mas tinha claro que não estava num Estado laico. O cristianismo reformado não liberou totalmente seus súditos, mas tão somente, instituiu uma religião mais própria ao desenvolvimento mercantil que as relações de produção impunham à organização feudal então em decadência. E como religião oficial a prática predominante dos privilégios aos membros da religião, o que implicava – Marx viveu isso através da experiência do pai, judeu convertido por conveniência de ocupação de cargos e exercício profissional na Prússia de então.

A realidade de Spinoza foi mais dura dado que o conflito por ele vivido se deu no interior do próprio judaísmo e num Estado - Holanda - que saiu de uma relativa laicidade para um quadro de intolerância religiosa. Sua situação pode ter algum paralelo com àquela, acima mencionada, de quem que lhe foi parcialmente contemporâneo visto que Galileu nasceu quase setenta anos de Spinoza e morreu quando Spinoza tinha em torno de dez anos.

Mas como Galileu, Spinoza no essencial fez com que as lentes vencessem a escuridão. Precisou ser retórico, ser estratégico e hábil? Entendemos que sim. Para nós, o TTP é um exemplo disso ao, ainda que como obra exotérica, assumir fé e vida política como esferas distintas (numa obra prescritiva), ou na ‘Ética’ ao incluir na demonstração (portanto, ao descrever) a mente, os afetos, a servidão e o perseverar, a liberdade e a potência do intelecto, não deixa de incluir, na sua demonstração ao modo euclidiano, deus, ainda que atacado por seus desafetos, ora por panteísmo, ora por não distinguir deus de natureza, ora pela acusação de que se deus era tudo, poder-se-ia, perfeitamente, implicar que não era nada.

Spinoza perseverou em seu fazer – como Galileu –, fez as concessões que podia fazer e as adaptações possíveis de fazer (como lembrava Marx sobre Hegel, essas adaptações não podem ser vistas como mera acomodação, mas sim como insuficiência do princípio do qual se parte). Com o polidor de lente pode se refletir tudo, menos que ele perdeu a batalha filosófica

e humana. Como chamado ao debate no prefácio à segunda edição da ‘Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome’, em seu volume primeiro (‘A lógica’), Hegel estava correto ao lembrar que ‘Lessing dizia no seu tempo: trata-se de Spinoza como de um cão morto’ (HEGEL, 1988, v. 1, p. 50).

A fonte em que Hegel baseou seu comentário foi Friedrich Heinrich Jacobi em “*Über die Lehre des Spinoza in Briefen an den Herrn Moses Mendelssohn*” [‘cartas ao Senhor Moses Mendelssohn acerca dos ensinamentos de Spinoza] na qual, ainda conforme Hegel, pode se ler uma reprodução de uma conversa entre Lessing e Jacobi, na qual o primeiro faz essa afirmação: “*Reden die Leute doch immer von Spinoza wie von einen totem Hunde*” [as pessoas sempre falam sobre Spinoza como um cachorro morto].

E Hegel completa: não se pode dizer que, hoje em dia se lide melhor com o espinosismo e com a filosofia especulativa em geral, quando se constata que os que disso falam e julgam nem se esforçam por considerar corretamente os fatos e os referir e expor de modo exato. Seria, no entanto, o mínimo de equidade e o que tal filosofia pode em todo caso exigir - conclui ele.

Marx, muitos anos depois, ao redigir os esboços do que então era o capítulo segundo (‘dinheiro ou circulação simples’) da ‘Contribuição para a crítica da economia política’, ao tratar dos acirrados debates, no parlamento inglês de então, sobre a relação (ou a falta dela) entre valor das mercadorias e quantidade de moeda, assinalava que um dos contendores - Steuart<sup>42</sup> - permaneceu ainda mais "morto". que Spinoza parecia ser a Moses Mendelssohn no tempo de Lessing” (MARX, *In*: MECW, v. 29, p. 398).

Nem adesão acrítica e nem crítica sectária e cega, pois se a crítica da religião, isto é, o exame de seus pressupostos, é a condição prévia há que concordar que Spinoza o fez a seu modo - isto é *mores geometrico* – ao, pela via de um racionalismo absoluto não distinguir divindade de natureza e separando claramente a fé, a sua justificação racional e o saber. Se Marx indicava que a crítica da religião é condição é pré-requisito de toda crítica, também aponta que [na Alemanha] ela estava, no essencial, concluída (MARX, *In*: MECW, 2010, v. 3, p. 175-87).

O empreendimento de Spinoza, consciente ou não disso, jogou nessa direção. Se o fez por ser um ‘ateu sistemático’ ou por ‘ébrio de deus’ pouco importa. Importa que o fez. E isso foi (e é) uma reviravolta fundamental na filosofia, na ciência e (por que não?) na própria teologia.

O que se destaca em nosso ver, em Spinoza, como um dos mais legítimos precursores

---

<sup>42</sup> James Steuart (1712-1780), foi, em sua época, um dos economistas britânicos mais representativos, teórica e praticamente do ideário mercantilista e um de seus últimos apologistas.

das luzes, é que ele revoluciona a filosofia com seu materialismo *in statu nascendi*, ainda que dessas implicações pudesse não ter clareza. E isso pouca importa, pois como lembraria Marx acerca de outros problemas da práxis, há os que ‘não o sabem, mas fazem’<sup>43</sup>.

E esse foi o salto dado por Spinoza com relação a toda ontologia anterior ao sustentar que **todas as coisas** [destaco] nada mais são do que modo ou afecções de uma substância universal, única, que é *causa sui* e ao mesmo tempo a identifica como divindade ou natureza. E mais: advoga que essa substância é dotada de uma multiplicidade de atributos dos quais se destacam a materialidade (*res extensa*) e a reflexão (*res cogita*), o que o coloca claramente na linha dos racionalistas da estatura de Descartes.

E, nessa mesma linha, como continuidade e consequência lógica dela, formula que a conexão (ênfasis: necessária!, ainda que com o risco do pleonasma) entre todos os fenômenos da natureza se explica pela categoria da causalidade e a compreende enquanto relação direta entre corpos e cuja *prima causa* é a própria substância, isto é, a matéria.

Por isso, sendo o pensar um dos atributos da substância a relação entre ordem da reflexão e a ordem do mundo objetivo - a ordem das ideias e a ordem das coisas, conforme E2p7 - são sempre, em princípio, permanentes com o que as possibilidades do ser humano formar conhecimento certo do real são ilimitadas. Em consequência, daqueles três graus de conhecimento examinados e propostos por Spinoza – intuir, perceber e imaginar - o mais original passa a ser o primeiro se objeto é concebido, na reflexão, centralmente por sua essência e pelo domínio de sua causa imediata, dado que forma de manifestação. Não a toa que sua defenestração da comunidade judaica foi sustentada por acusações de materialismo e ateísmo na medida em que seu sistema filosófico não tratava a idéia divina na qualidade de ser sobrenatural que cria o mundo num ato celeste e que o dirige.

Por isso, em razão de um materialismo intuitivo<sup>44</sup>, primitivo, ingênuo, *in statu nascendi*, enfim como queira se chamar, ele ao identificar deus e natureza parece fazer uma concessão aos teólogos e à fé. Se o fez isso por retórica de justificação ou por coerência com seu sistema

---

<sup>43</sup> No Livro I de ‘O capital’, quando discute (na primeira seção do primeiro capítulo, parte IV) acerca do caráter fetichista da mercadoria, Marx menciona: “assim, quando trazemos os produtos do nosso trabalho em relação uns com outros enquanto valores, não é porque vemos nesses artigos os receptáculos materiais do trabalho humano homogêneo. Pelo contrário: sempre que, por uma troca, equiparamos como valores os diferentes produtos, por esse mesmo ato, também equacionamos como trabalho humano, os diferentes tipos de trabalho despendidos sobre eles. Nós não estamos cientes disso, no entanto, é isso que é feito”. Capital, book 1, *In: Marx and Engels collected works*, v. 35, p. 84-85

<sup>44</sup> É de se salientar, mesmo que incidentalmente que, para Hegel, a intuição nada mais costuma ser que um procedimento da representação, da fantasia, segundo analogias, que podem ser mais acidentais ou mais significativas e aderem aos objetos e às determinações apenas de modo extrínseco. *In: HEGEL, Enciclopédia*, §246, comentário.

filosófico absoluto, como Galileu, para escapar de problemas maiores e não ter o mesmo destino de Giordano Bruno, que foi lançado à fogueira pela inquisição católica, nem podemos afirmar e seria objeto de outra pesquisa.

O que nos interessa são as consequências visto que, com essa fratura, esse não ir ao fim de todos os possíveis desdobramentos faz com que esse materialismo, esse realismo em estado nascente fique condicionado pelo horizonte dos conhecimentos da época – e notemos que ele, da mesma forma que Copérnico, Galileu, Descartes e tantos mais, conseguiu ainda ir muito longe – e isso em boa parte se deve também aos limites de horizonte da burguesia holandesa nascente da qual é inegável que Spinoza era um dos mais avançados representantes filosófico e intelectual, pois filosofia – ao contrário do que pensa o senso comum – não se faz de costas para o mundo.

Outra derivação da filosofia de Spinoza é que o humano pode ter conhecimento pleno de seu *pathos* – suas paixões e afetos não se constituem num caos que ele não domina, sua liberdade reside no conhecer e em plenitude a conexão entre natureza e paixões. Com isso a ação e conexão de todos os modos ou afecções da substância inclusive de sua expressão humana são, sempre, rigorosamente regidas pela necessidade. A idéia do acaso surge quando se desconhece o conjunto das causas atuantes, ou seja – como já mencionado por Marx em sua tese doutoral, a invenção do acaso é apenas uma forma criada pelo ser humano para disfarçar e justificar a própria ignorância e constrangimento com o que não se tem conhecimento de causa.

Não a toa que Hegel percebeu claramente e aprofundou essa relação ao afirmar que o real ‘enquanto alternância coincidente do externo e do interno e seus movimentos opostos estão unidos num único movimento que é a necessidade’. E, logo após, assinala que a necessidade, ‘corretamente definida, é unidade da possibilidade e da realidade efetiva, mas que – assim expressa – essa determinação é ainda superficial’, para, em seguida arrematar: a verdade da necessidade é a liberdade.<sup>45</sup>

Por isso, em torno dessa qualificada herança filosófica se travou e se travam grandes embates - não apenas filosófico, mas também político e ideológico, inclusive no interior da cultura marxista - acerca de qual a melhor interpretação de suas ideias, e em geral com um debate centrado se o que temos é um materialista enrustido ou filósofo ‘ébrio de deus’ – tudo na verdade centrado naquilo que se pode chamar a questão central da filosofia: o debate entre

---

<sup>45</sup> HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia**, *op. cit.* V. 1, §147 e adendo, §158. Engels, no ‘*Anti-Dühring*’ e na esteira de Hegel afirma que ‘a necessidade só é cega quando não compreendida’. ENGELS, F. *Anti-Dühring*, parte I (Moral e direito), cap. XI (liberdade e necessidade), In: **MECW**, v. 25, *op. cit.*

materialismo e idealismo, com todas variantes que cabem nesses dois termos guia.

E, por fim, como lembrado por Marilena Chauí, em ‘A nervura do real’, “se a uns a obra parece confusa e obscura, se a outros aparece como radicalização do já pensado e já dito, e se para muitos não há parâmetros para situá-la senão com os referenciais do futuro é porque o trabalho do pensamento que nela se realiza vai às raízes dessa experiência para conferir, em seu próprio presente, o sentido que ela possui”.

É isso que se tornou permanente, de Spinoza, na e para a filosofia, talvez por que para um pensamento potente e que afirmou com toda veemência a causalidade é de se pensar se não se pode ver em seu sistema também uma manifestação da ‘astúcia da razão’? (HEGEL, *Enciclopédia*, v.1, § 209).

### **Siglas usadas para as obras de spinoza:**

#### **a) Quanto a ‘Ética’**

Todas as passagens citadas por “E” (*Ethica ordine geometrico demonstrata*), seguido do número da parte da obra em arábico e, logo após, em letra minúscula: “p” (para proposição); “d” para demonstração (quando vier depois de um número de proposição); “a” (para axioma); “ap” (para apêndice); “c” (para corolário); “ex” (para explicação), “d” (para definição, quando não vier depois de um número de proposição), “da” (para definição dos afetos, no final de E3), “po” (para postulado); “pr” (para prefácio) e “s” para escólio.

#### **b) Quanto às demais obras:**

CM - *Cogitata metaphysica* (*Pensamentos metafísicos*)

Ep - *Epistolae* (*Correspondência*)

KV - *Korte Verhandeling* (*Tratado breve*)

OP - *Opera posthuma*

PPC - *Principia philosophiae cartesianae* (*Princípios da Filosofia de Descartes*)

TIE - *Tractatus de intellectus emendatione* (*Tratado da reforma do entendimento*)

TP - *Tractatus politicus* (*Tratado político*)

TTP - *Tractatus theologico-politicus* (*Tratado teológico-político*)

**Referências:****a) Obras de Spinoza**

- SPINOZA, Baruj. **Tratado teológico político**. Pamplona (ESP): 2014
- \_\_\_\_\_. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011
- \_\_\_\_\_. **Tratado político**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Correspondencia**. Madrid: Alianza, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Ética** (edição bilíngüe Latim-português). Belo Horizonte: Autêntica, 2007
- \_\_\_\_\_. **Epistolario**. Buenos Aires: Colihue, 2007
- \_\_\_\_\_. **Tratado teológico-político**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004
- \_\_\_\_\_. **Ethics**. London: Penguin books, 1996.
- \_\_\_\_\_. **The Collected Works of Spinoza**. (Ed.: Edwin Curley). London: 1966.
- \_\_\_\_\_. **Tratado político**. Madrid: Alianza Editorial, 1986
- \_\_\_\_\_. **Tratado da correção do intelecto**. In: Espinosa (Série “Os pensadores”). São Paulo: Abril cultural, 1983
- \_\_\_\_\_. **Tratado político**. In: Os pensadores. São Paulo: Nova cultural, 1977
- \_\_\_\_\_. Theologico-political treatise. London. 1991. In: **Spinoza’s works**, London: 1976.

**b) Demais autores:**

- ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: **Notas de Literatura I**. São Paulo: Edições 34 (Coleção espírito crítico), 2003
- BOUVERESSE, J. **Prodígios e vertigens da analogia**. Oeiras (Portugal): Celta, 1999
- CHAUÍ, M. **A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa** São Paulo: Companhia de letras, 2016
- \_\_\_\_\_. A definição real na abertura da *Ética I* de Espinosa. In: **Caderno de História da Filosofia das ciências**. Campinas (SP), série 3, vol. 11, nº 1, p. 07-28, jan.-jun. 2001
- DELLA VOLPE, Galvano. **A lógica como ciência histórica**. Lisboa: Edições 70, 1984
- DELEUZE, G. **Espinosa: Filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002
- CAMPOS, Cláudio. **Socialismo e liberdades democráticas**. In: BS, 1976.
- DUTRA, Izac. **Sociedade, poder punitivo e direito penal**. São Paulo, Página 8, 2015
- ÉSQUILO. **Prometeu acorrentado**. São Paulo: Rideel, 2004.
- FARIAS BRITO, Raimundo de. **Finalidade do mundo: estudos de filosofia e teleologia naturalista**. Brasília: Senado Federal, 2012 (3 v.)
- FEITOSA, Enoque. **Forma jurídica e concretização: para uma ontologia do jurídico**. In; Revista jurídica da UNICURITIBA, v. 2, nº 47, 2017
- \_\_\_\_\_. **Forma jurídica e método dialético: a crítica marxista ao direito**. In: Prim@Facies, v. 12, nº 23, 2013



- \_\_\_\_\_. **O discurso jurídico como justificação**. Recife: EDUFPE, 2008
- \_\_\_\_\_. **Direito e humanismo no jovem Marx**. João Pessoa: EDUFPE, 2017
- \_\_\_\_\_; FREITAS, L. **Direito e filosofia da práxis: a teoria do direito entre descrição e prescrição**. In: *Marxismo e Direito*. GT CONPEDI/UFPB (coordenadores: Enoque Feitosa; Enzo Bello, P. H. Tavares). Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=219>
- FEUERBACH, L. **La esencia del cristianismo**. Buenos Aires: Claridad, 2006
- GAINZA, Mariana de. A negatividade interrogada. Espinosa entre Bayle e Hegel. In: **Cadernos Espinosanos**, nº 16, 2007
- GALILEI, Galileu. **Ciência e fé**. São Paulo: UNESP, 2009
- HEGEL, G. W. F. **Leciones sobre la historia de la filosofia** (Trad.: W. Roces). México: Fondo de Cultura, 1955
- \_\_\_\_\_. **Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome**. (3 VOLS.). Lisboa: Edições 70, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Ciencia de La lógica** (tradução: Augusta y Rodolfo Mondolfo). Buenos Aires: Solar-Hachette, 1976
- \_\_\_\_\_. **Lecciones sobre Filosofia de la Religión**. Madrid: Alianza, 1984
- \_\_\_\_\_. **Ciência da lógica** (3 volumes). Petrópolis: Vozes, 2016
- HUME, D. A arte de escrever ensaio. In: **A arte de escrever ensaio e outros ensaios**. São Paulo: Iluminuras, 2011
- \_\_\_\_\_. **A treatise of human nature**. London: University of Oxford, 1996
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Rio de Janeiro. Civilização, 1991
- LICHTENBERG, Georg Christoph [1742-1799]. **Philosophical writings**. New York: Sunny Press, 2012
- MACHADO DE ASSIS, J. M. Poesias completas - Ocidentais. In: **Obra Completa**, vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Teatro Completo**. São Paulo: Mérito, 1961
- MACHEREY, Pierre. **Hegel or Spinoza** (translated by Suzan Ruddick). Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011
- MATHERON, Alexandre. The theoretical function of democracy in Spinoza and Hobbes (translated by Ted Stolze). In: **The new Spinoza** (Warren Montag & Ted Stolze – editors). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997
- \_\_\_\_\_. Le Traité Théologico-Politique vu par le jeune Marx. In: **Cahiers Spinoza**, Paris, nº 1, pp. 29-157, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Individu et communauté chez Spinoza**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1988
- MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio**. São Paulo: Edições 34, 2016.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001
- \_\_\_\_\_. Resposta a pergunta: o que é o esclarecimento? (texto bilingue). In: **Cognitio**: Revista de Filosofia, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 145-154, jan./jun. 2012.

PEIRCE, C. S. **Philosophical Writings**. NY: Dover, 1965

PRADO JR., Caio. **Introdução à lógica dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1969

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les homes**. In: Oeuvres complètes (direction: Jacques Berchtold, François Jacob, Yannick Séité). Paris: Garnier, 2012

SANTIAGO, Homero. Espinosa contra a ditadura militar brasileira. In: **Santa Barbara Portuguese Studies** - Digital edition (University of California Santa Barbara), vol. 2: A presença de Espinosa nas culturas de língua portuguesa (Ed.: Maria Luísa Ribeiro Ferreira)

SOKAL, BRICMONT. **Imposturas intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos**. Rio de Janeiro: Record, 2001

VVAA. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. [Editores: João Branquinho, Desidério Murcho, Nelson Gomes]. São Paulo: Martins Fontes, 2006

YOVEL, Yimirhayu. **Spinoza, el marrano de la razón**. Madrid: A.-M. Muchnik, 1995.

### c) **Obras de Marx e Engels**

MARX, K. H. **Cuaderno Spinoza** (Traducción, estudio preliminar y notas: N. G. Varela). Barcelona: Montesinos, 2012

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. **Marx & Engels collected works**. London: Lawrence and Wishart, 2010.

\_\_\_\_\_. **Quaderno Spinoza (1841)**. (A cura di Bruno Bongiovanni con um saggio de Alexandre Matheron). Torino: Bollati Boringhieri, 1987

\_\_\_\_\_. **Escritos de juventud**. Mexico: Fondo de Cultura, 1982

\_\_\_\_\_. **Marx & Engels - Obras escolhidas**. Lisboa/Moscú: Progresso, 1972.

\_\_\_\_\_. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro**. Lisboa: Estampa, 1972

\_\_\_\_\_. **Marx und Engels Werke**. Berlin: Dietz Verlag, 1968.